

---

**“ANTÍPODAS DAS ESPERANÇAS DE POLANYI”: CONTRARRAZÕES ÀS TEORIAS DO  
TRABALHO IMATERIAL**

**"ANTÍPODAS DE LAS ESPERANZAS DE POLANYI": CONTRARAZONES A LAS  
TEORÍAS DEL TRABAJO INMATERIAL**

**"ANTIPODES OF POLANYI'S HOPES": CONTRAREASONS TO THE THEORIES OF  
IMMATERIAL LABOR**

Adriane Karina Amin Azevedo<sup>1</sup>

Ana Lúcia de Sousa<sup>2</sup>

**Resumo:** Busca-se, neste artigo, realizar uma breve discussão sobre a categoria marxiana trabalho, como foi apropriada ideologicamente pelas teorias do trabalho imaterial para justificar a exploração da força de trabalho no contexto das transformações tecnológicas do pós-guerra, sobretudo, no contexto da reestruturação produtiva das décadas de 1970/1980. Para isso, discorremos sobre o caráter ontológico do trabalho como valor de uso, o trabalho produtivo gerador de mais-valia, as teorias do trabalho imaterial e as mudanças no/do mundo do trabalho que refutam as teorias do trabalho imaterial e sua crítica à categoria marxiana.

**Palavras-chave:** Trabalho, trabalho imaterial, ideologia.

**Resumen:** Se busca, en este artículo, realizar una breve discusión sobre la categoría marxiana trabajo cómo fue apropiada ideológicamente por las teorías del trabajo inmaterial para justificar la explotación de la fuerza de trabajo en el contexto de las transformaciones tecnológicas de la posguerra, sobre todo, en contexto de la reestructuración productiva de las décadas de 1970/1980. Para ello, discordamos sobre el carácter ontológico del trabajo como valor de uso, el trabajo productivo generador de plusvalías, las teorías del trabajo inmaterial y los cambios en el mundo del trabajo que refuta las teorías del trabajo inmaterial y su crítica a la categoría marxiana trabajo.

**Palabras clave:** Trabajo, trabajo inmaterial, ideología.

**Abstract:** This article seeks to make a brief discussion about the work category marxian and how it was appropriated ideologically by the theories of immaterial labor to justify the exploitation of the labor force in the context of post-war technological transformations, especially in the context of productive restructuring of the 1970s and 1980s. For this, we discuss the ontological character of work as value of use, productive work generating surplus value, theories of immaterial labor and changes in the world of work that refute the theories of immaterial work and its critique of the category Marxian work.

**Keywords:** Work, immaterial work, ideology.

### **Introdução**

Os avanços tecnológicos, especificamente no século XX, justificam/justificaram a criação de várias ideologias que apontaram/apontam transformações no capitalismo, com impactos em todos os aspectos da sociabilidade humana e na superação dos conflitos sociais. Tais ideologias, obviamente dominantes, tem sido operantes na construção de uma forma específica de consciência social de extrema funcionalidade ao sistema.

Como pontua Mészáros (2004), os debates ideológico-teóricos da época do pós-guerra sustentaram-se na ideia de atenuação de conflitos, fazendo dessa questão um dos mais importantes princípios estruturadores. Para isso, rejeitou-se o projeto socialista, celebrou-se o fim da ideologia, falou-se de pós-ideologia, postulou-se uma sociedade pós-industrial e pós-moderna que seguidamente, teria entrado em crise. Em suma, trata-se de uma sucessão interminável de construções ideológicas, as quais são declaradas superadas à medida que as contradições do mundo social se tornam mais abruptas.

O avanço das forças produtivas culminou na crise estrutural na década de 1970, ensejando o advento do chamado sistema de “acumulação flexível”, o qual necessitava de novas formas ideológicas para justificar as mudanças nas relações sociais de produção e manter a representação de um mundo social sem conflitos de classe.

É nesse contexto que emergem as teorias do trabalho imaterial. De acordo com Camargo (2011, p. 38), as várias interpretações acerca das transformações em curso no capitalismo mundial confluem para o entendimento de que, a partir de meados da década de 1970, ocorreram mudanças na estrutura do capitalismo industrial que apontam para seu próprio esgotamento.

Diversamente dessa ideologia, que postula a existência de uma sociedade cuja centralidade não seria mais o trabalho como produtor de valores, analisaremos as transformações decorrentes no mundo do trabalho, e sua configuração no modo de produção capitalista, vislumbrando como a categoria trabalho foi apropriada ideologicamente pelas teorias do trabalho imaterial, as quais defendem a substituição do capitalismo centrado na valorização de capital fixo e a proeminência do capitalismo baseado no trabalho imaterial e livre das relações de exploração.

### ***Trabalho: da produção do homem à exploração capitalista***

“Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana”. Nessa afirmação presente n’*O Capital*, podemos vislumbrar a importância do trabalho na teoria marxiana, primeiro por ser um elemento único que singulariza, diferencia o homem das demais espécies. Para além, por ser a base da existência do ser humano, não somente no sentido fisiológico de satisfação das necessidades primeiras, mas por se constituir como elemento fundante da sociabilidade humana.

O trabalho é um processo que designa a relação do homem com a natureza. Por meio dele “põe em movimento as forças naturais do seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana” (MARX, 2003, p. 211). Pressupõe uma ação do homem sobre um objeto, o qual é modificado, resultando em um produto, “um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma”, ou seja, no percurso, o sujeito modifica a natureza externa e a sua própria natureza na medida em que desenvolve as suas potencialidades.

É a atividade principal dos homens, aquilo que os distingue dos animais, como afirmam Marx e Engels n’*A ideologia alemã*. “Eles (os homens) começam a distinguir-se dos animais assim que começam a

produzir os seus meios de subsistência (*lebensmittel*), passo esse que é requerido pela sua organização corpórea” (MARX, ENGELS, 2009, p. 24).

Basta observarmos o trecho do fragmento do livro *O Capital* (2003, p. 211-212) em que Marx afirma - “o homem não transforma apenas o material sobre o qual opera, mas imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mente, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” - para compreendermos a concepção materialista da história, bem como a importância da consciência, uma consciência determinada pela base material. Na observação de Tonet (2009), para Marx, esse ponto de partida não é uma escolha arbitrária. É uma exigência do processo real, na medida em que para viver os homens precisam, antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se. Neste sentido, n<sup>o</sup> *A Ideologia alemã* (2009, p. 40, 41), Marx e Engels consideram como o primeiro ato histórico, a produção dos meios para a satisfação das necessidades humanas, a produção da vida material, realizada dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos.

É a partir dessa relação entre homem e natureza que surgem as ideias, os valores e as instituições de cada sociedade. Compreender a história, como nos afirma Tonet (2009) é, pois, apreender, em cada momento, a articulação que existe entre as relações materiais de produção e as relações sociais que vão se configurando entre os homens.

Nesse processo de trabalho, responsável pela satisfação das necessidades humanas, o homem modifica a natureza e modifica a si mesmo, implicando em uma atividade intelectual e individual mediante a ação do sujeito ao mesmo tempo em que abrange as relações sociais. Conforme análise de Cotrim (2015), o trabalho refere-se tanto ao domínio da natureza quanto ao indivíduo, sendo o processo de individualização fundamental na medida em enseja a subjetividade do indivíduo, a autoprodução do homem e a produção de um mundo humano. Trata-se, nos dizeres de Saviani (2007), da produção do homem, a qual se constitui, ao mesmo tempo, na formação do homem, isto é, num processo educativo.

Assim, o trabalho que produz valores de uso determinados é atividade essencial do homem, necessária a produção e reprodução da existência humana. Trata-se do trabalho como fundamento histórico ontológico, como dissera Saviani (2007). Histórico porque é um processo desenvolvido ao longo do tempo pelos próprios homens e ontológico porque o produto dessa ação, o resultado desse processo, é o próprio ser dos homens.

Diante do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, surgem formas de trabalho em que o caráter ontológico foi se perdendo, na medida em que o trabalhador foi se adaptando a desejos estranhos à sua vontade e o processo de trabalho passou a ser exercido sobre o controle do outro, constituindo as bases da exploração tipicamente capitalista. Nesse contexto, o trabalho ganha uma nova acepção, como trabalho produtivo, socialmente determinado, que somente existe nessa forma de sociabilidade e tem como principal fundamento a produção da mais-valia.

A premissa elementar para se compreender o trabalho produtivo como gerador de mais-valia é a configuração da força de trabalho em mercadoria. Ao adquirir a força de trabalho no mercado, o possuidor do dinheiro, como define Marx (2003, p. 197), coloca - a para trabalhar e vende o produto do seu trabalho, visando adquirir mais dinheiro do que possuía inicialmente.

Compra e venda da força de trabalho são características da época capitalista, nela a força de trabalho possui um valor como qualquer outra mercadoria, medida pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e reprodução, ou seja, em virtude da existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução uma vez que para sobreviver precisa de certa quantidade de meios de subsistência.

A força de trabalho vendida define-se, então, como uma mercadoria que só existe como valor de uso produzido para troca, como afirma Marx (2003, p. 60). Trata-se do trabalho humano abstrato como substância do valor das mercadorias, apresentando uma dupla acepção. Por um lado, produz valores de uso determinados; por outro, trabalho produtor de valor de troca. “Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele (trabalhador) como ser *estranho*, como um poder independente do produto” (MARX, p. 111, 2005). Nesses termos, o trabalho torna-se alienado, exterior ao homem, visto que a determinação e o resultado do processo não lhe pertencem, pertencem a outro.

Sendo assim, a atividade produtiva sob as relações capitalistas de produção, geradora de mais-valia para o capital constitui-se em trabalho produtivo socialmente determinado. Para compreendê-lo, mais precisamente, é necessário levar em consideração o desenvolvimento histórico das duas formas que ocasionam o trabalho não pago: subsunção formal e subsunção real do trabalho.

No *Capítulo VI Inédito*<sup>31</sup>, Marx define a subsunção formal a partir de processos de trabalho em que a relação capitalista ocorre de forma coercitiva com o fim de extrair excedente por meio do prolongamento da jornada de trabalho. O capitalista prolonga ao máximo o tempo de trabalho para aumentar a mais-valia absoluta.

A subsunção formal caracteriza-se pela mudança nas relações de trabalho com objetivo de obter mais-valia, sem, contudo, ocorrer uma mudança essencial no modo real do processo de trabalho. Pelo contrário, afirma Marx (1978, p. 52), faz parte da natureza da questão o fato de que a subsunção do processo de trabalho ao capital opere à base de um processo de trabalho preexistente, posto que no âmbito das relações capitalistas, inicialmente os meios para gerar trabalho não pago são limitados, fazendo com que o dono dos meios de produção seja forçado a prolongar a jornada de trabalho.

A explicação de Marx (1978, p.65) avança ao demonstrar que a subsunção formal é a base para sua própria superação, sobre a qual se ergue um modo de produção especificamente capitalista, que transforma a natureza concreta do processo de trabalho e suas condições reais, permitindo a subsunção real do trabalho ao capital.

A subsunção real se desenvolve em todas as formas que produzem mais-valia relativa, com aplicação da ciência e da maquinaria no processo de produção imediato, bem como o desenvolvimento das forças produtivas. Na mesma proporção, as relações passam a ser despojadas do caráter individual da produção, aumentando a produtividade social do trabalho, sem que a grandeza da jornada de trabalho seja alterada e a produção torna-se independente das necessidades. Amplia-se a perspectiva de trabalho produtivo em decorrência do desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital, como afirma Marx (1978, p. 71).

As transformações no capitalismo na segunda metade do século XX, principalmente no que corresponde ao avanço tecnológico, ocasionaram transformações no modo de produção que longe de significar a superação da exploração capitalista baseada na mais-valia relativa, conduziram à intensificação da subsunção real do trabalho.

Assim, o processo de reestruturação produtiva, desencadeado nas décadas de 1970/1980, resultou do esgotamento do fordismo enquanto modelo regulador do processo produtivo, e portanto de sua capacidade de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Para conter a crise, gerada pela intensificação da competição do mercado, as mudanças tecnológicas e organizacionais foram mecanismos para melhorar a lucratividade, conduzindo o sistema para a superação da rigidez característica do modelo fordista, apoiando-se na flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, com novas formas de produção, de fornecimento de serviços financeiros, da inovação comercial, tecnológica e organizacional, a exemplo do estímulo ao emprego no chamado “Setor de serviços”.

É nesse contexto que são formuladas as teorias do trabalho imaterial, as quais defendem a superação da exploração do trabalho material e a existência de um novo capitalismo, um capitalismo ‘avançado’, fruto do desenvolvimento tecnológico do pós-guerra.

### *Trabalho na contemporaneidade: situando as bases teórico-ideológicas das teorias do trabalho imaterial*

No prefácio do livro *O imaterial - conhecimento, valor e capital*, André Gorz (2005), é enfático ao afirmar que a *economia do conhecimento* que atualmente se propaga é uma forma de capitalismo que procura redefinir suas categorias principais - trabalho, valor e capital.

Segundo o autor, o capitalismo moderno, centrado sobre o capital fixo vem sendo cada vez mais substituído por um *capitalismo pós-moderno*, firmado na valorização de um trabalho dito imaterial, qualificado também de *capital humano*, *capital conhecimento*, *capital inteligência*.

Para ele, a *economia do conhecimento* significa mudanças importantes para o sistema econômico, indicando que o valor de troca das mercadorias não é mais determinado pela quantidade geral de trabalho social, mas pelo conteúdo de conhecimentos, informações, inteligências gerais envolvidos no processo de produção. E, sendo o conhecimento impossível de traduzir e mensurar em unidades abstratas simples, disso resulta que o trabalho deixaria de ser mensurável em unidades de tempo, já que os fatores que determinam a criação de valor são o “componente comportamental” e a “motivação” e não o tempo de trabalho despendido. Dessa forma, à medida que o conhecimento se propaga, mais útil ele é à sociedade e seu valor mercantil diminui, tornando-se um bem comum e acessível a todos, que não aceita ser manipulado como mercadoria, uma vez que seu valor mercantil não pode ser auferido com tempo de trabalho necessário que foi gasto na produção. Disso resultaria a suposta crise da medição do trabalho e, inevitavelmente, a crise da medição do valor em decorrência do caráter cada vez mais qualitativo do trabalho.

Para Amorim (2014) trata-se de uma interpretação alheia à teoria de Marx, ou seja, de uma compreensão reducionista dos conceitos de trabalho, valor e classe social. Os autores da *economia do conhecimento* (Antonio Negri, Maurizio Lazzarato, Michael Hardt, André Gorz) utilizam as teses do próprio Marx (especificamente os *Grundrisse*) para justificar a tese do trabalho imaterial, a partir do contexto de ruptura com as formas dominantes de produção até a década de 1960. Eles tentam justificar que Marx já havia previsto a substituição do trabalho material pelo trabalho imaterial como resultante do desenvolvimento automático das forças produtivas. No entanto, confundem o conceito de trabalho apenas com trabalho manual realizado na fábrica; de valor como uma expressão aritmeticamente mensurável da exploração do trabalho; e de classe trabalhadora como sinônimo de classe operária.

Segundo o referido autor, trabalho imaterial é apresentado, em linhas gerais como sendo um trabalho sem substância física e que tem sua fonte em trabalhos intelectuais que podem estar relacionados à prestação de serviços, administração, gerência e controle do processo de trabalho, além de possuir o conhecimento e a informação como núcleo central.

De acordo com Amorim (2014), “os argumentos centrais do debate sobre a imaterialidade do trabalho [...], estão ancorados no conteúdo do trabalho, isto é, no conceito de trabalho concreto, deslocando a produção de mercadorias intangíveis das formas de produção capitalistas”. Para os teóricos do “capitalismo cognitivo”, o trabalho manual, predominante até a segunda metade do século XX, encontra-se em oposição a criatividade e a inteligência do trabalho imaterial, cognitivo e intelectual.

Trata-se, portanto, de um reducionismo analítico ao se considerar apenas os elementos físicos do processo de produção, desconsiderando as relações sociais, os valores, a luta de classes e a forma de organização da produção que, independente das mercadorias serem intangíveis ou tangíveis, objetiva produzir uma quantidade maior em um tempo mais reduzido sob o regime de assalariamento.

De modo semelhante, os teóricos da *economia do conhecimento* reduzem a teoria do valor-trabalho de Marx, pressupondo que ela contém uma determinação aritmeticamente mensurável que somente pode ser aplicada na produção de mercadorias físicas.

Dessa forma, continua Amorim (2014), a suposta superação do trabalho manual e do valor trabalho decorre, para os autores que sustentam esse raciocínio, na superação da classe operária como sujeito desse processo. A classe operária teria prevalecido politicamente até a década de 1960 quando surgiu uma heterogeneidade de sujeitos políticos que usurparam seu lugar na cena política. A classe operária seria aquela que executa um trabalho manual, controlado rigidamente por supervisores e capatazes, diretamente vinculada a produção fabril e desvinculada da nova economia “já que o conjunto de profissões, atividades, qualificações profissionais, saberes e conhecimentos que a compõe teriam se tornado tão variado e heterogêneo que se contraporiam àquilo que define a classe operária: sua homogeneidade socioprofissional” (AMORIM, 2014, p. 40).

Trata-se, conforme análise do referido autor, da contraposição de duas categorias profissionais e não de duas classes sociais, uma que tem como fundamento o trabalho manual e outra o intelectual, desconsiderando ao definir a classe trabalhadora como um grupo homogêneo, os padrões culturais, de dominação, de valores, ideológicos e políticos.

Na prática, as teorias do trabalho imaterial, compreendidas aqui como ideologias, visam justificar as novas formas de exploração da classe trabalhadora e são impostas às relações sociais mediante ações direcionadas pelos dirigentes das classes dominantes.

Contrariamente, as diversas formas de intensificação da exploração capitalista, com variadas estratégias organizacionais e ideológicas, acabaram por acentuar de forma incomparável as desigualdades de classe. Neste sentido é que podemos contrapor as teorias do trabalho imaterial às “antípodas das esperanças de Polanyi”.

### *“Antípodas das esperanças de Polanyi”: das contrarrazões às teorias do trabalho imaterial*

O título deste tópico não é original. Remete à análise de François Chesnais no livro *A mundialização do capital*, publicado no Brasil em 1996. No item *A “Grande Transformação”, cinquenta anos depois*, Chesnais faz alusão a obra do filósofo e historiador de economia, Karl Polanyi que, ao conceber a gênese do sistema econômico capitalista, tratava de desmitificar as ideias do liberalismo, principalmente o aspecto de naturalização das relações sociais, advindo da suposta eternidade do mercado, fato contraposto diante da configuração do Estado “autorregulador”. Embora crítico do sistema capitalista, seu livro termina com uma grande esperança. “No momento em que chegavam ao fim as grandes convulsões da Segunda Guerra Mundial, Polanyi acreditava poder anunciar, com base no Keynesianismo e no “new deal”, o começo de uma nova época” (CHESNAIS, 1996, p.42), mediante a reapropriação e subordinação da economia pela sociedade, com a retomada do controle dos mecanismos de mercado nos três níveis: trabalho humano, usos da terra e moeda.

Cinquenta anos depois, analisa Chesnais (1996), estamos nos antípodas das esperanças de Polanyi, cujo triunfo daquilo denominado por Marx como fetichismo da mercadoria torna-se incomensurável, maior do que visto em qualquer outro momento. O trabalho humano torna-se mais explorado como mercadoria, em virtude da desvalorização proporcionada pelo progresso técnico, da diminuição do poder de negociação do trabalhador, do enfraquecimento da legislação trabalhista e das ideologias neoliberais.

Para Chesnais (1996), os grupos industriais beneficiados pelo neoliberalismo e pela programação por microcomputadores, reorganizaram as suas modalidades de internacionalização, modificando também suas relações com a classe operária, principalmente no setor industrial. Nessa perspectiva, o aumento da produção no setor de manufaturas e de serviços deve-se a ação combinada de fatores tecnológicos e organizacionais, com ênfase no modelo americano e inglês nos quais a desregulamentação e a “flexibilização” dos contratos de trabalho ganharam espaço. A automatização, baseada nos microprocessadores, serviu para destruir as formas anteriores de relações contratuais, assim como as estratégias dos trabalhadores de resistir a exploração no local de trabalho.

Para o referido autor, as tecnologias associadas às modificações impostas à classe trabalhadora possibilitaram, principalmente aos Estados Unidos e países da Europa, realizar investimentos em zonas de baixos salários e de reduzida proteção social, dada a liberalização do comércio exterior e dos movimentos



de capitais, que permitiram impor às classes operárias desses países periféricos a flexibilização e as diferentes estratégias de redução dos salários, levando a um alinhamento nas condições mais desfavoráveis aos trabalhadores assalariados (CHESNAIS, 1996, p.40).

David Harvey (2012, p. 140/141), alega que os poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitiram que os empregadores exerçam pressões mais agudas de controle sobre a força de trabalho. De acordo com o autor, as mudanças continuam com a reestruturação do mercado de trabalho, resultante da volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro. Além disso, os patrões aproveitaram-se do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente para impor regimes de trabalho e contratos flexíveis. Todavia, chama atenção para a constituição de um fato mais agravante da precariedade do trabalho: a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Nesse sentido, Harvey (2012) desvela as novas configurações do trabalho no contexto da “acumulação flexível”. Para ele, ocorre a diminuição do número de empregados em tempo integral - os quais apresentam condição permanente e posição fundamental no futuro da organização - e aumenta o número de trabalhadores do tipo parcial, empregados casuais, contratos por tempo determinado, temporários, subcontratados e “treinandos” com subsídios públicos. De modo que a mudança mais radical tem seguido a direção do aumento da subcontratação ou do trabalho temporário, na medida em que a tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores integrais e empregar uma força de trabalho que entra facilmente e que é demitida sem custos. Assim, os efeitos dessas formas de conformação do trabalho, quando se consideram a cobertura de seguro, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da classe trabalhadora como um todo.

A atual conjuntura político-econômica brasileira, com as famigeradas reformas trabalhista, previdenciária, educacional, dentre outras, retrata com muita propriedade a realidade precária à qual a classe trabalhadora vem sendo submetida para atender aos interesses do grande capital. Trabalho temporário, parcial, subcontratado, realidade efetiva nos países centrais desde a década de 1970, como pontua Harvey (2012), finalmente - para a infelicidade dos trabalhadores brasileiros -, conseguiu regulamentação jurídica no Brasil, por meio da Lei 13.429/2017, a chamada Reforma Trabalhista. Essa Lei flexibiliza os processos de trabalho e, combinada com as demais reformas, coloca o trabalhador em uma situação de instabilidade, aprofundada pela rotatividade, insegurança e condições precárias de trabalho.

É essa natureza precária das condições gerais de trabalho, com acentuação da exploração capitalista por meio de mecanismos diversos de integração do trabalhador ao processo de reprodução do capital com ampliação da mais-valia relativa que tem caracterizado o aumento das desigualdades de classe no capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido o trabalho imaterial não pode ser tomado isoladamente, antes, deve ser interpretado conjuntamente com as mudanças do mundo do trabalho que, distante de significarem a superação da exploração da força de trabalho, solaparam, a favor do capital, as condições humanas mais subjetivas. Isso posto, não há como creditar as teorias do trabalho imaterial, tendo em vista o quadro do



mundo do trabalho declinar não somente as “esperanças de Polanyi”, como também as teorias que defendem a superação da contradição capital/trabalho.

### Referências

- AMORIM, H. As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 31-45, Jan./Abr. 2014
- CAMARGO, S. Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 09, p. 37 – 56 julho/dezembro 2011.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana FinziFoá. São Paulo: Xamã, 1996.
- COTRIM, V. A. **Trabalho, conhecimento, valor. Marx frente a uma contradição atual**. 2015. 467 f. Tese (Doutorado em História Econômica) Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2015.
- GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005. 108 p.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução Álvaro Pina. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009. 128 p.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Editora Martin Claret, 2005. 196 p.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 571 p.
- MARX, K. **O Capital. Livro I**, capítulo VI (inédito), tradução Eduardo Sucupira Filho. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo, 1978. 151 p.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 559 p.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. 152-180 p.
- TONET, I. **Introdução. A ideologia alemã**. Tradução Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 128 p.

### Notas:

- <sup>1</sup> Graduação em geografia (Lic/Bach) pela Universidade Federal do Pará com especialização em Educação para a Gestão Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente desta Instituição e Ma. em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima. Email: [adriane.azevedo@ufr.br](mailto:adriane.azevedo@ufr.br)
- <sup>2</sup> Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1987), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2003). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Roraima, atuando no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, e nos Programas de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) e Ciências da Saúde (PROCISA). Email: [ana.sousa@ufr.br](mailto:ana.sousa@ufr.br)
- <sup>3</sup> Segundo explicação de Carlos Nelson Coutinho, na Tradução do livro *Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx* de Claudio Napoleoni (1981), do material utilizado para a publicação do Livro I, Marx excluiu um caderno intitulado “Primeiro Livro. O Processo de Produção do Capital. Sexto Capítulo. Resultados do Processo de Produção Imediato”. O Capítulo VI (inédito) foi publicado em 1933. No referido livro traduzido por Coutinho, Napoleoni (1981, p. 13) esclarece que O Capítulo Sexto (inédito) é um texto escrito por volta de 1865, e não incluído por Marx no material que, em 1867, foi publicado como Livro I de O Capital.

Recebido em: 08/04/2018

Aprovado em: 04/05/2018